

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 27 e 28/08

O Plenário do Senado poderá deliberar nesta semana o PLP 192/2023, que altera a contagem de início e o prazo de duração, além de outras regras relacionadas à inelegibilidade.

Também está na pauta do Plenário o PDL 206/2024, que anula partes do decreto de armas assinado pelo presidente da República, em 2023, também está na pauta do Plenário. Entre os pontos alterados do Decreto 11.615, de 2023, está a retomada da autorização para que clubes de tiro desportivo fiquem a menos de um quilômetro de distância de escolas.

Ainda poderá ser deliberado, entre outros, o PL 5331/2023, que obriga laboratórios farmacêuticos públicos a produzir princípios ativos para o tratamento das doenças determinadas socialmente.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: A pedido do relator, senador Weverton (PDT-MA), foi transferida para a semana que vem a votação do PLP 192/2023, que muda as regras de inelegibilidade. O texto unifica em oito anos o prazo em que os candidatos ficam impedidos de disputar eleições por condenação judicial, cassação ou renúncia de mandato. O requerimento de urgência para o projeto foi aprovado, mas o debate e a votação serão na próxima semana.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 26 a 29/08

A partir de hoje (26), a Câmara dos Deputados pode continuar a votação do PLP 108/2024, que regulamenta a gestão e fiscalização do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Nesse esforço concentrado, os deputados votarão os destaques apresentados pelos partidos propondo mudanças. O texto base foi aprovado no último dia 13.

Resultado: a deliberação só PLP 108/2024 foi adiada.

A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (26) a Medida Provisória 1218/24, que concede crédito extraordinário de R\$ 12,2 bilhões no Orçamento de 2024 para atender diversas ações no Rio Grande do Sul em razão da calamidade pública provocada pelas enchentes. A matéria será enviada ao Senado.

Comissão de Constituição e Justiça – 27/08, às 14h30 e 28/08, às 10h - Plenário 01

Item 01 - [PEC 28/2024](#), que acrescenta o art. 97-A e §§4º e 5º da Constituição Federal de 1988, para estabelecer o julgamento de referendo de liminares pelo colegiado de Tribunal, bem como criar hipótese de sustação de decisão do Supremo Tribunal Federal.

O relator, deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, ainda irá proferir o parecer.

Resultado: não deliberado

Item 02 - [PEC 8/2021](#), que altera a Constituição Federal para dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de medidas cautelares nos tribunais.

O relator, deputado Filipe Barros, ainda irá proferir o parecer.

Resultado: não deliberado